



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Pelo presente, faz saber a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiver e possa interessar, que será realizado leilão público dos bens penhorados dos EXECUTADOS ESPÓLIO DE JOSE DOMINGOS SCARPELINI; MARIA INES MARRESE SCARPELINI; THAIS SCARPELLINI; THALES SCARPELLINI e THIAGO MARRESE SCARPELLINI, na seguinte forma:

PROCESSO N.º 0015033-40.2009.8.16.0019 – CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTES: EURICY DE ARAÚJO FILHO (CPF: 016.919.789-14) e MARCELO BRANDT (CPF: 024.850.819-99)

EXECUTADOS: ESPÓLIO DE JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (CPF: 202.528.039-49); MARIA INES MARRESE SCARPELINI; THAIS SCARPELLINI; THALES SCARPELLINI e THIAGO MARRESE SCARPELLINI (CPF: 048.749.479-21)

1.º LEILÃO: 30/10/2026, com encerramento às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. Não verificando lances que sejam iguais ou superiores ao valor da avaliação, a partir deste horário será dado início a captação de lances por valor igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

2.º LEILÃO: 30/10/2026, com encerramento às 16:00 horas, pelo maior lance coletado, exceto preço vil (inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação), exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade.

Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescentados 03 minutos para o término.

LOCAL: O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site www.fabiobarbosaleiloes.com.br.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

DESCRIÇÃO DOS BENS:

01) Chácara n.º 10 (dez), da Planta de Loteamento organizado pelo engenheiro Nilo Rizzo Maia, GLEBA ÚNICA DA COLÔNIA "N" - TAQUARI CORVO, situada no Município e Comarca de Campina Grande do Sul/PR, com a área de 3,9669 alqueires paulistas de 24.200,00m², ou seja 9,5 hectares, com as seguintes confrontações e metragens: Pela estrada da Copel, medindo 306,00m, confrontando com o lote n.º 24 - Sudeste, por linha seca de rumo NE 34°16' SO, medindo 610,00m, confrontando com o lote n.º 09, Oeste: pelo rio Taquari, confrontando com terras de Elpidio A. Assunção. Nordeste: por linha seca de rumo NE 35°16' SO medindo 535,00m, confrontando com o lote n.º 11, sem benfeitorias. Imóvel cadastrado no INCRA sob o n.º





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

701.050.010.030-4 e matriculado sob o n.º 10.388 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul/PR, avaliado em R\$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais), em 19 de março de 2026. **Atualizado para R\$ 795.514,53 (setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e catorze reais e cinquenta e três centavos), em 03 de setembro de 2026.**
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 477.308,72 (quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos).

02) 50% (cinquenta por cento) de um terreno constituído de uma Chácara n.º 08 (oito), da Planta de Loteamento organizado pelo engenheiro Nilo Rizzo Maia, da GLEBA ÚNICA DA COLÔNIA "N" - TAQUARI CORVO, situada no Município e Comarca de Campina Grande do Sul/PR, tem a área total de 4,1322 alqueires paulistas de 24.200,00m², terreno esse que limita: ao Norte pelo levantamento de uma Estrada de rodagem com os lotes n.ºs 21, 22 e 23, onde mede 699,00m; ao Sul pelo Rio Taquari, com terras de Elpidio Alves de Assunção, onde mede 173,00m; a Leste pelo córrego n.º 7 com terras do lote n.º 07 da mesma Colônia, onde mede 640,00m; e a Oeste com remanescente de dita chácara n.º 08 ou seja o quinhão atribuído pela divisão a Barcênio Sicupira Junior, onde mede 200,00m. Imóvel cadastrado no INCRA sob o n.º 701.050.201.116-0 e matriculado sob o n.º 10.389, no Registro de Imóveis de Campina Grande do Sul/PR, avaliado em R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), em 19 de março de 2026. **Atualizado para R\$ 415.720,49 (quatrocentos e quinze mil, setecentos e vinte reais e quarenta e nove centavos), em 03 de setembro de 2026.**
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 249.432,29 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos).

03) 50% (cinquenta por cento) de um terreno constituído de uma Chácara n.º 08 (oito), da Planta de Loteamento organizado pelo engenheiro Nilo Rizzo Maia, da GLEBA ÚNICA DA COLÔNIA "N" - TAQUARI CORVO, situada no Município e Comarca de Campina Grande do Sul/PR, com a área total de 4,1322 alqueires paulistas de 24.200,00m², terreno esse que limita: ao Norte pelo levantamento de uma Estrada de rodagem confrontando com os lotes n.ºs 21, 22 e 23, onde mede 699,00m; ao Sul, pelo Rio Taquari, com terras de Elpidio Alves de Assunção; a Leste, com Elpidio Alves de Assunção onde mede 173,00m; a Leste com o remanescente do lote n.º 08, ou seja o quinhão atribuído pela divisão a Breno Trautwein, onde mede 640,00m; a Oeste por linha seca com rumo de SO-34°16'NE e uma distância de 685,00m com o lote n.º 09 da mesma Colônia. Imóvel cadastrado no INCRA sob o n.º 701.050.201.116-0 e matriculado sob o n.º 10.390, no Registro de Imóveis de Campina Grande do Sul/PR, avaliado em R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), em 19 de março de 2026. **Atualizado para R\$ 415.720,49 (quatrocentos e quinze mil, setecentos e vinte reais e quarenta e nove centavos), em 03 de setembro de 2026.**
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 249.432,29 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos).

Obs. Referente aos Itens 01 ao 03 acima: Conforme consta nas avaliações, os imóveis acima estão todos situados no Km 02, lado direito, da Rodovia PR-410, em região de Mata Atlântica, localizado no Município e Foro da Comarca de Quatro Barras/PR, sentido ao Município de Morretes/PR. Em vistoria realizada no local, constatei que o imóvel é Rural, em região de Mata Atlântica, apresentando: Topografia irregular média; Acesso frente para rodovia estadual (PR 410); Cobertura vegetal mista (vegetação nativa e gramíneas) e áreas úmidas com presença de





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

banhado em parte da área; confrontando com o Rio Taquari.

Além do que, durante as diligências realizadas no local, foram prestadas informações pelo Sr. Thales Scarpellini, um dos executados, que declarou ser residente e domiciliado no lote n.º 09, situado na mesma região. Informou, ainda, que o lote n.º 08, por ele apresentado, que corresponde ao imóvel objeto da penhora/avaliação, não compreendendo, contudo, o fato de referido imóvel estar abrangido por matrículas distintas, quais sejam, as de n.º 10.389 e n.º 10.390. Por fim, esclareceu que a localização do imóvel se encontra no Município e Comarca de Quatro Barras/PR, município vizinho ao Município e Comarca de Campina Grande do Sul/PR.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 1.585.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil reais). Atualizado para R\$ 1.626.955,51 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), com base nos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

LANCE MÍNIMO TOTAL NO 2º LEILÃO: R\$ 976.173,31 (novecentos e setenta e seis mil, cento e setenta e três reais e trinta e um centavos).

DEPOSITÁRIA: Itens 01 ao 03) MARIA INES MARRESE SCARPELINI.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 698.453,20 (seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), em 30 de junho de 2026, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 1830. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

ÔNUS: 01) Av. 01 e Av. 10, Penhora e Indisponibilidade de Bens nos autos n.º. 613/81 (0000017-50.1981.8.16.0044), em favor de ARAVEL Arapongas Veículos Ltda., em trâmite na 1ª Vara Cível de Apucarana/PR; R. 02, Penhora nos autos n.º. 267/2001, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR; R. 03, Penhora nos autos n.º. 09880-2007-009-09-00-2, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR; R. 04, Penhora nos autos n.º. 0003162-46.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos n.º 5016414-97.2014.4.04.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 05, Penhora nos autos n.º 0000727-02.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos n.º 5034772-18.2011.4.04.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 06, Penhora nos autos n.º. 0002648-66.2013.8.16.0004, em favor de Município de Apucarana/PR, em trâmite na Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 4ª Vara; R. 09, Penhora nos autos n.º. 0015033-40.2009.8.16.0019 (presente processo), em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa/PR. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária; **02)** Av. 01, Restrições de Aquisição e Condições; Av. 01 e Av. 09, Penhora e Indisponibilidade de Bens nos autos n.º. 613/81 (0000017-50.1981.8.16.0044), em favor de ARAVEL Arapongas Veículos Ltda, em trâmite na 1ª Vara Cível de Apucarana; R. 02, Penhora nos autos n.º. 267/2001, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR; R. 03,





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

Penhora nos autos nº. 0003162-46.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos nº 5016414-97.2014.4.04.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 04, Penhora nos autos nº 0000727-02.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos nº 5034772-18.2011.404.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 05, Penhora nos autos nº. 0002648-66.2013.8.16.0004, em favor de Município de Apucarana/PR, em trâmite na Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 4ª Vara; R. 08, Penhora nos autos nº. 0015033-40.2009.8.16.0019 (presente processo), em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa/PR. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária; **03**) Av. 01, Restrições de Aquisição e Condições; Av. 01 e Av. 09, Penhora e Indisponibilidade de Bens nos autos nº. 613/81 (0000017-50.1981.8.16.0044), em favor de ARAVEL Arapongas Veículos Ltda, em trâmite na 1ª Vara Cível de Apucarana; R. 02, Penhora nos autos nº. 267/2001, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR; R. 03, Penhora nos autos nº. 0003162-46.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos nº 5016414-97.2014.4.04.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 04, Penhora nos autos nº 0000727-02.2015.8.16.0037, em favor de DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM), em trâmite na Competência Delegada de Campina Grande do Sul/PR, oriunda dos autos nº 5034772-18.2011.404.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba/PR; R. 05, Penhora nos autos nº. 0002648-66.2013.8.16.0004, em favor de Município de Apucarana/PR, em trâmite na Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 4ª Vara; R. 08, Penhora nos autos nº. 0015033-40.2009.8.16.0019 (presente processo), em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa/PR. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, excetuando-se as obrigações *Propter Rem* (v.g. cotas condominiais). As custas e despesas do processo até então realizadas, e eventuais tributos existentes, serão pagos com o valor depositado pelo arrematante. As despesas de arrematação, comissão de leiloeiro e demais despesas ficarão por conta do arrematante.

Em caso de imóveis, as custas para o registro da carta de arrematação junto ao Cartório de Registro de Imóveis são de responsabilidade do arrematante; bem como eventuais custas relativas ao cancelamento de ônus, indisponibilidades ou demais restrições constantes na matrícula do imóvel.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

CONDIÇÃO DO(S) BEM(NS) SE IMÓVEL FOR: O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Constitui ônus do interessado verificar suas condições, quando for possível a visitação, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária.

CONDIÇÕES DE VENDA

LEILÃO ELETRÔNICO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá ofertar lances pela Internet através do site www.fabiobarbosaleiloes.com.br devendo, para tanto, os interessados, efetuarem cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência do leilão. Os arrematantes ficam cientes desde já de que deverão garantir seu lance com o pagamento do respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, sob pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 do Código Penal.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.fabiobarbosaleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRO

O leilão será realizado pelo Leiloeiro Oficial FABIO GONÇALVES BARBOSA, JUCEPAR sob n.º 12/042-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Os honorários do Leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação – tal como o preço. A comissão do leiloeiro será de: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; 3% sobre o valor da avaliação, em caso de adjudicação, a ser pago pelo exequente, em caso de remição ou acordo, 3% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado e devidos a partir da publicação do edital. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

PAGAMENTO

1) Pagamento à vista: Deverá ser pago através de guia de depósito de imediato, ou no caso do encerramento do leilão ocorrer após o fechamento da agência bancária, no primeiro dia útil.

2) Parcelamento da arrematação: Em caso de imóveis e veículos, o pagamento poderá ser parcelado, conforme art. 895, I e II, do CPC, o arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada. O valor de cada parcela, será acrescido de juros do IPCA, garantido por restrição sobre o próprio bem no caso de imóveis ou mediante apresentação de caução idônea no caso de veículos. **OBS.:** Sobre direito de preferência: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.

3) Falta de pagamento: Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email contato@fabiobarbosaleiloes.com.br.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimado os executados **ESPÓLIO DE JOSE DOMINGOS SCARPELINI; MARIA INES MARRESE SCARPELINI; THAIS SCARPELLINI; THALES SCARPELLINI e THIAGO MARRESE SCARPELLINI**, e seus respectivos cônjuges se casados **forem/Representante Legal**, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
RUA DOUTOR LEOPOLDO GUIMARÃES DA CUNHA, N.º 590, OFICINAS, PONTA GROSSA/PR, CEP
84.035-900, Fone: (42) 98416-5866 – pg-4vj-e@tjpr.jus.br

especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Ponta Grossa/PR, 17 de setembro de 2026

LEONARDO SOUZA
JUIZ DE DIREITO

